



Relatorio Anual de Actividades | 2019

Maputo, **Março de 2020**

Índice

1. Introdução	2
2. Programas	2
2.1. Pilar estratégico 1	2
2.1.1. Pesquisa sobre Leadership, Youth and Social Cohesion in Mozambique	2
2.1.2. Sessões de Diálogo da Juventude	3
2.1.3. Desenho do currículo para a Academia de Liderança	6
2.1.4. Projecto de Saúde Sexual e Reprodutiva	7
2.2. Pilar estratégico 2	7
2.2.1. Pesquisas e publicações	7
2.2.2. Adesão à Plataforma dos Recursos Naturais	8
2.2.3. Conferência sobre a Indústria Extractiva	8
2.3. Pilar Estratégico 3	9
2.3.1. Plataforma MONITOR – Justiça Eleitoral, Paz e Democracia	9
2.3.2. Transparência, Estabilidade e Eleições Pacíficas e Credíveis de 2019	10
3. Desenvolvimento Institucional	11
3.1. Sistemas de gestão	11
3.2. Governação interna	11
3.3. Gestão de Recursos Humanos	12
3.4. Re-branding: Mudança de ADS para CDD	12
4. Gestão Financeira	12

1. Introdução

Este é o relatório anual que aborda as principais realizações do CDD em 2019. Enquanto o primeiro trimestre (Janeiro a Março) foi dedicado a aspectos organizacionais, depois de os primeiros seis meses iniciais, na altura do ADS, terem sido bastante intensos em termos de desenvolvimento institucional, o segundo trimestre (Abril a Junho) teve a combinação de aspectos de desenvolvimento institucional e programático. O segundo semestre foi inteiramente dedicado ao intenso processo eleitoral.

É sobre estes aspectos que versa este relatório, explorando as sinergias e parcerias que se vão estabelecendo no quadro de desenvolvimento institucional da organização. O relatório discute ainda a transição de ADS para CDD e as suas implicações na natureza da organização e plano estratégico. O desenvolvimento institucional, incluindo recursos humanos e gestão financeira são também abordados na parte final do relatório.

2. Programas

Esta parte está organizada conforme a estrutura do Plano Estratégico: pilares estratégicos que são três, sendo que a cada pilar corresponde um objectivo estratégico.

2.1. Pilar estratégico 1

2.1.1. Pesquisa sobre Leadership, Youth and Social Cohesion in Mozambique

Entre os meses de Abril e Junho, o CDD realizou uma pesquisa denominada *Leadership, Youth and Social Cohesion in Mozambique*. O foco empírico foram as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula com o objectivo de analisar as diferentes trajetórias de socialização política dos jovens e a medida em que as várias experiências vividas pelos jovens têm influência nas percepções e acções sobre coesão social, bem como ideias relativas à liderança legítima. Tomou-se em consideração diferentes agentes de socialização como a família, grupos de idade, escolas, associações cívicas e diversos eventos políticos críticos (Neundorf and Smets, 2017).

Na pesquisa adoptou-se uma abordagem socioantropológica da juventude (Honwana, 2013; 2014), que olha “a juventude como uma categoria socialmente construída baseada em expectativas sociais e responsabilidades do indivíduo” (Honwana 2014: 402). Esta sugestão permitiu olhar para o contexto onde gravita a juventude que inclui a definição formal do Estado, as abordagens dos organismos internacionais, nacionais, incluindo as ONG, e reflectir sobre as suas consequências práticas, sobretudo na forma como as acções governativas têm estado a produzir um tipo particular de espaço de actuação da juventude nos dias de hoje.

Esta componente do trabalho foi feita com recurso a uma revisão documental sobre as políticas, programas e projectos da juventude adoptadas pelo Estado Moçambicano nos últimos anos, o que permitiu constatar que ainda prevalecem vários aspectos constrangedores na integração da juventude nas políticas públicas, com destaque nas

pressões socioeconómicas, a marginalização política e a ausência de confiança quanto ao seu potencial de realização.

O relatório final foi submetido à SDC, mas se solicitou extensão, por não se ter conseguido concluir todas as actividades planificadas, mormente as viagens ao campo planificadas para a segunda metade do segundo semestre, por causa do processo eleitoral que tornou impossível um trabalho independente de pesquisa.

2.1.2. Sessões de Diálogo da Juventude

De 6 a 9 de Março de 2019 foi realizado o evento de **Diálogo com Jovens da Zona Norte** que abrangeu as Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Este evento teve lugar na Cidade de Nampula, a duração de 3 dias e contou com a presença de 92 jovens entre os 17 e os 29 anos (dos quais 56% eram mulheres). O primeiro evento de consulta mostrou o quão vibrantes são os jovens da zona norte, contudo inconformados com a falta de inserção económica e social a que estão sujeitos. Embora as necessidades fossem praticamente as mesmas em todas as províncias, as prioridades diferem em função do potencial de cada província para promover oportunidades de emprego, empreendedorismo e inserção social. As oficinas de discussão e trabalho focaram-se em temáticas como: Direitos Humanos, Casamentos prematuros, HIV/SIDA, Emprego e Empregabilidade, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Nutrição e Ambiente.

Sobre Cabo Delgado para além das temáticas referenciadas, a condição de vulnerabilidade dos jovens aliada à onda de terrorismo na província, que irá receber um dos investimentos de grande capital mais expressivos de todos os tempos em Moçambique, para a exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, foi a grande preocupação. *“Nós os jovens não temos agenda e nem espaço para debater os nossos reais problemas. Estamos a enfrentar problemas de desemprego”* uma voz masculina soava num dos grupos que discutia a literacia digital no contexto de falta de espaços para o uso das TICs como forma de empreender. *“Alguns jovens preferem entregar-se às más práticas em troca de 5 a 10 mil meticais (100 a 150 dólares americanos), porque não há esperança de encontrar emprego aqui na província, uma vez que não têm dinheiro para corromper ou não têm vínculo com familiares que estejam no governo ou empresas. Muitos de Maputo vem concorrer e ganham”*, disse uma jovem durante o debate no mesmo fórum. O desemprego aqui colocado pelos jovens dá-se a níveis urbano e rural. Nas áreas urbanas, isso se reflete na impermeabilidade dos jovens locais em relação aos seus pares provenientes de outras províncias, onde o investimento na educação e formação profissional é maior. Nas zonas rurais, os jovens experimentam níveis mais elevados de desemprego e subemprego devido à improdutividade da terra e à inexistência de indústrias transformadoras e de agro-processamento, com potencial para gerar postos de trabalho. A maior parte do emprego rural é na agricultura de pequena escala, onde o papel tradicional da juventude consiste em trabalho agrícola não remunerado, em vez de funcionar como agricultores em seu próprio negócio. Isto empurra os jovens à mineração artesanal. As políticas e opções de investimento económico que valorizaram o investimento de grande capital no complexo mineral energético e depreciaram os esforços de desenvolvimento do tecido produtivo nas zonas rurais foram cruciais na expansão da mineração artesanal. Em Niassa, a mineração artesanal representa 84% da renda dos mineiros, em Nampula contribui para 69% da renda destes grupos e em

Cabo Delgado em cerca de 50% (Dreschler, 2002). No distrito de Montepuez (Cabo Delgado), o grosso dos mineiros artesanais que procura rubi a serviço de facções internacionais e mercado negro, vêm dos distritos de Nampula e Niassa, para além de existirem jovens de outros distritos de Cabo Delgado. Estes jovens são entregues à sua própria sorte, lutando com as forças de repressão governamentais e privadas, pela sobrevivência na área mineira, incorrendo a riscos de agressões e morte¹. Os jovens concluíram que a educação deve fornecer as habilidades básicas que são relevantes para o Mercado de trabalho de hoje e que a escola deve oferecer habilidades técnicas capazes de permitir que um jovem possa desempenhar uma tarefa, fabricar um produto ou prestar serviços em um determinado sector. As habilidades em tecnologias de comunicação e informação foram entendidas como um complemento que se torna mandatário para competir.

Em Abril de 2019, foi realizado, durante 3 dias, o evento Regional Sul: **Diálogo com Jovens da Zona Sul**, no Bilene, província de Gaza. As províncias abrangidas foram Inhambane, Gaza e província e Cidade de Maputo. Participaram 92 jovens (56% Mulheres e 44% Homens) entre os 17 e os 29 anos. A Zona Sul, sobretudo a Cidade de Maputo viveu as manifestações de 5 de Fevereiro de 2008 e 1 e 2 de Setembro que foram, em certa medida, amplamente atribuídas aos efeitos negativos do desemprego juvenil, resultante da crise económica² que afectou muitos jovens, incluindo os provenientes das províncias de Gaza e Inhambane, entre outras. No entanto, a variação entre os níveis de desemprego juvenil e a concentração de intervenções de emprego em toda a região sul é um sinal de que não é razoável a correspondência à magnitude do problema do desemprego juvenil. Também mostra fraca coordenação entre os parceiros na concepção e implementação das intervenções, numa região com alto potencial de turismo e desafios na produção agrícola. As migrações para a África do Sul sempre foram forte tendência da zona sul, em parte forçada pela estiagem característica do norte das províncias de Gaza e Inhambane. Os altos índices de HIV/SIDA na província de Gaza são também uma preocupação dos jovens que, para além das temáticas discutidas noutras regiões, marcaram o diálogo na zona Sul.

Cidade de Maputo, o El Dorado, e a exploração de mão de obra juvenil: Os altos índices de desemprego mostraram que mesmo os jovens com alguma formação superior, presentes na conferência Diálogo com os Jovens do Sul, não tinham colocação no Mercado de trabalho. Muitos deles encontram conforto na ideia de migrar para a Cidade de Maputo a busca de oportunidades, sujeitando-se ao risco de deriva urbana. Os jovens concordam que a educação que recebem nas suas famílias e comunidades tende a promover uma orientação urbana que aumenta a crença de que as oportunidades são melhores nas cidades e sobretudo na capital, Maputo ou, na melhor das hipóteses, na África do Sul. As áreas urbanas tornam-se cada vez mais superlotadas e sobrecarregadas, colocando pressão sobre infra-estruturas insuficientes, escolas, instalações de saúde, saneamento e sistemas de água. Esta urbanização crescente criou um novo contexto de pobreza em que os centros urbanos estão sobrecarregados e despreparados para absorver o crescente número de jovens. Em números absolutos, o desemprego juvenil torna-se mais prevalente nas áreas urbanas do que nas áreas rurais em Maputo. Jovens que vêm de Gaza e Inhambane encontram trabalho em

¹ *Violação de Direitos Humanos Montepuez Ruby Mining, Selma Inocência 2017: <http://opais.sapo.mz/namanhumbir-denuncia-graves-violacoes-de-direitos-humanos>*

² *Brazão Mazula: Artigo Canal de Moçambique em 2010 (https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/10/falta-de-paz-econ%C3%B3mica-e-pol%C3%ADtica-precipitou-manifesta%C3%A7%C3%B5es-populares.html)*

ambientes domésticos e no sector informal. Como grande parte da força de trabalho juvenil está engajada no sector informal, a melhoria da produtividade desse sector só acontecerá com uma combinação bem equilibrada de políticas económicas e sociais e existência de iniciativas inclusivas de formação profissional para a aquisição de habilidades básicas, contribuindo de maneira notável para melhorar as condições de trabalho e de vida de um grande contingente de jovens desempregados.

Mais comumente, muitas meninas (às vezes crianças) são exploradas porque são jovens, facilmente manipuláveis, inconscientes de seus direitos e com medo de expor seus empregadores negligentes. Na pior das situações, estes jovens trabalham quinze horas por dia, são espancados, mal alimentados, mal pagos e se tornam escravos sexuais para pagar por suas necessidades básicas. A prostituição, na qual essas meninas desavisadas se envolvem, complica a luta contra o HIV / SIDA. Gaza tem o maior índice de prevalência da doença no país³. Com o aumento da incidência de pobreza, crime, prostituição, violência e exploração, os jovens migrantes depreciam a sua qualidade de vida. A dinâmica na cidade é um retrato de marginalização e exclusão social de muitos jovens, incluindo os nativos da capital. As mulheres jovens, em particular, são socialmente vulneráveis a factores de risco, como os casamentos prematuros (muitas vezes com homens mais velhos) podendo expô-las ao HIV / SIDA e o início precoce da actividade sexual. Esses factores são um problema na medida em que tornam as mulheres jovens mais susceptíveis a gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis e abuso físico e psicológico.

Em Maio de 2019 foi realizado durante 3 dias, em Manica – Cidade de Chimoio, o evento de **Diálogo com Jovens da Zona Centro** que abrangeram as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala e contou com a participação de 92 jovens entre os 17 e 29 anos (dos quais 56% eram Mulheres). A zona Centro é a região mais populosa, comportando mais de 43% do total da população. Esta zona é considerada a mais fértil⁴ para a prática de agricultura. Entretanto, como cerca de 60% da população rural é analfabeta e os investimentos agrícolas não conseguem absorver a grande maioria de jovens que buscam emprego. Os jovens revelaram-se ansiosos pela possibilidade de se envolverem activamente nos esforços para tirar suas comunidades da pobreza, desenvolvendo iniciativas empreendedoras na cadeia de agro-processamento, bases para o crescimento económico inclusivo e para o aumento e melhoria da produtividade. O Diálogo com Jovens da região Centro decorreu no Instituto Agrário de Manica (IAM) e não foi um mero acaso. Contando com participantes, estudantes finalistas de cursos ligados a produção e produtividade e processamento agrícolas, os debates foram férteis e giraram em torno dos esforços da redução da pobreza e engajamento dos jovens para reduzir o ciclo de pobreza nos meios de subsistência rurais. Os jovens, nas suas apresentações, escolheram áreas de enfoque como a habilidade de trabalhar a terra por meio da educação e ciência agrícola e ambiental; valorização de iniciativas de jovens na area agrícola que tenham potencial de reduzir a vulnerabilidade dos jovens; as políticas públicas a favorecerem a retenção de jovens formados em matéria de agronegócios a permanecerem nas suas comunidades.

³ <https://fdc.org.mz/activistas-transformam-vida-de-pessoas-vivendo-com-hiv-em-gaza/>

⁴ *Os senhores da Terra; UNAC e JA:* http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/agricultura/artigos_cientificos_imprensa/landgrabing_final.pdf

Um estudante do Instituto Agrário de Manica apresentou uma experiência inovadora que desenvolveu, na sua comunidade, que visa reter água em períodos de estiagem. *“Trata-se de uma tecnologia desenvolvida no Brasil, vista por mim através do youtube. Adapte para o contexto de Manica e funcionou. Isto pode resolver o problema de insegurança alimentar em zonas com escassez de chuva”* disse o jovem de 23 anos, entusiasmado com a ideia de poder replicar este conhecimento pelo país. De facto, a juventude rural pode gerar aumento da produção agrícola por meio de investimentos em práticas de plantio inovadoras e ecologicamente corretas e métodos pós-colheita, uma tecnologia amplamente desconhecida pela maioria dos camponeses da região centro. Os jovens recomendam ao governo a priorizar investimentos e programas de irrigação, gestão de recursos hídricos e melhores práticas agrícolas, a fim de expandir as capacidades dos jovens agricultores rurais para produzir alimentos e conservar os recursos naturais da terra, proporcionando-lhes as habilidades, de modo a gerar e aumentar os seus rendimentos nas zonas rurais. As recomendações estendem-se para a necessidade de capacitação de grupos de jovens, a importância de construir parcerias com entidades locais privadas e ONGs, e direccionar os jovens a intervenções para diminuir o êxodo rural.

2.1.3. Desenho do currículo para a Academia de Liderança

A Academia de Liderança para transformação e desenvolvimento (Transformational Leadership Academy) é um programa que está a ser desenvolvido pelo CDD, com o objectivo de treinar e capacitar jovens de diversas comunidades a nível nacional para o desenvolvimento de aptidões de liderança para que se tornem em futuros líderes. A visão do CDD para com a academia de liderança é de construir uma nova geração de líderes com habilidades, valores e atitudes que serão o vínculo para o melhoramento da capacidade de liderança da juventude a nível nacional, visando, conseqüentemente, impactar o desenvolvimento do país.

Durante o semestre em reporte a equipa programática do CDD esteve focada no processo de desenvolver e estruturar o currículo da academia de liderança, no qual irão constituir módulos para cada etapa durante o decorrer do programa. Os módulos foram desenhados com base nas necessidades que o CDD acredita que o país esteja a enfrentar neste momento e para o qual os futuros líderes poderão contribuir para melhorar. Sendo assim, os módulos estarão focados em aspetos como: valores e habilidades de liderança transformacional, liderança económica, liderança de comunidade e cívica, liderança desenvolvimentista e democrática, liderança juvenil sexual e reprodutiva.

Este programa terá a duração de 12 semanas, na qual para as primeiras 6 semanas, o modelo de aprendizagem será online e a cada semana, os participantes/alunos deverão submeter um trabalho escrito para avaliação. Após as 6 semanas concluídas, os participantes terão 1 semana de descanso, retomando na 8ª semana para a preparação do projeto de liderança, na qual irão desenhar estratégias de melhor liderança e desenvolvimento para o país (de acordo com o que aprenderam durante as 6 semanas), que terá duração de 3 semanas, concluindo assim na 11ª semana, e para finalizar, na 12ª semana haverá um “bootcamp” em que os participantes/alunos irão apresentar os seus projetos e para encerrar, uma cerimónia de graduação.

Dando por encerrado a academia de liderança, o CDD pretende implementar com alguns dos alumnis da academia, os Youth Hubs nas províncias de actuação do CDD (tendo como prioridade a Zona Norte) que servirão como plataformas de debate em que os jovens poderão trocar impressões sobre aspetos que os preocupam e também as possíveis soluções para os mesmos.

2.1.4. Projecto de Saúde Sexual e Reprodutiva

Ainda no Pilar Estratégico 1 foi iniciado o Projecto de Saúde Sexual e Reprodutiva, TMT – Tailor-Made Training, financiado pela Nuffic e desenvolvido em parceria pelo CDD e o ISS (International Institute of Social Studies) da Universidade de Erasmus em Roterdão, Holanda. Este projecto denominado Training of Trainers Course on Youth Leadership in Sexual and Reproductive Health and Rights in Mozambique baseia-se na formação de 12 jovens provenientes de organizações de HIV, crianças de rua e de saúde sexual e direitos de Maputo, em matérias de direitos e saúde sexual reprodutiva. Estes 12 jovens, juntamente com a equipa programática do CDD irão posteriormente treinar jovens por todo o país através da Academia de Liderança. Este projecto tem a duração de 09 meses (Junho 2019 a Fevereiro 2020) e conta com a parceria estabelecida entre o CDD e a N’weti. O papel do ISS será o desenvolvimento dos Módulos de treinamento, o da N’weti o da revisão do Material e uso de 03 oficiais internos para ministrar as formações aos 12 jovens e à equipa do CDD e o do CDD de traduzir o material, introduzir este treinamento nos seus módulos da academia de liderança e providenciar a formação sobre os mesmos durante as sessões da Academia de Liderança nas 3 zonas do País.

Este consórcio CDD, N’weti e ISS está actualmente a desenvolver uma nova proposta no âmbito do TMT que pretende estender as suas acções para as 3 Zonas do País (Sul, Centro e Norte) abrangendo cerca de 50 pessoas com a duração de 02 anos.

2.2. Pilar estratégico 2

As actividades do CDD no âmbito deste pilar estratégico consistiram no desenvolvimento e publicação de pesquisas, na adesão à plataforma da indústria extractiva e participação em workshops sobre matérias de desenvolvimento socioeconómico e preparação da primeira, de muitas series de conferências para a partilha de informação e conhecimentos sobre a indústria extractiva em Moçambique.

2.2.1. Pesquisas e publicações

Durante o primeiro Semestre do ano corrente, o CDD publicou três artigos na sua série *Policy Development Review*, cujos os temas são os seguintes:

1. Moçambique está a tornar-se um país de crescimento económico mais inclusivo? (*Development Policy Review*, Janeiro 2019);
2. Índice de Democracia 2018: Moçambique sobre autoritarismo? (*Leadership and Democracy Review*, Fevereiro 2019);

3. O Centro e Norte recensearam 1,7 milhões de eleitores menos do que a população em idade eleitoral, enquanto o Sul recenseou 550.000 eleitores acima da sua população em idade eleitoral (*Leadership and Democracy Review*, Junho 2019);
4. Irá a Abertura do Capital Social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa Contribuir para a Promoção de Inclusão Financeira em Moçambique? (*Developmental Policy Review*, Junho 2019).

2.2.2. Adesão à Plataforma dos Recursos Naturais

Em Novembro de 2018, o CDD foi formalmente constituído membro da *Plataforma da Sociedade Civil* sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva (PIE). Trata-se de uma entidade que congrega 25 organizações da sociedade civil que advogam por uma boa governação dos recursos naturais em Moçambique, por forma que estes, de facto, contribuam para desenvolvimento socioeconómico do país. Das actividades realizadas, no âmbito desta plataforma, o CDD participou e deu os seus contributos num workshop organizado pela Comissão de Coordenação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva Moçambique (ITIEM), para a revisão do decreto que aprova os estatutos da recém-criada Alta Autoridade da Indústria Extractiva. Deste encontro, resultou um documento conjunto das organizações participantes e, com base neste, foi submetida uma contraproposta de estatutos sobre a matéria ao Ministério dos Recursos Naturais e Energia.

2.2.3. Conferência sobre a Indústria Extractiva

A conferência teve lugar no Hotel VIP Maputo nos dias 28 e 29 de Agosto de 2019. No primeiro dia da conferência estiveram presentes 64 pessoas e no segundo dia, 50 pessoas. Nos dois dias da conferência foram debatidas ideias e partilhadas informações sobre os últimos desenvolvimentos no sector extractivo, em Moçambique, com enfoque nos projectos de exploração de hidrocarbonetos, com maior destaque para os campos de gás natural de Pande e Temane e as grandes reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, na região litoral de Cabo Delgado.

No seu primeiro dia, a conferência teve três painéis de discussão que se debruçaram sobre (i) o ponto e situação estrutural da indústria extractiva em Moçambique; (ii) a tributação dos projectos de exploração de gás natural liquefeito (GNL); e (iii) qual o modelo de exploração de LNG mais adequado para Moçambique, empresas públicas ou empresas privadas? Estes painéis foram moderados pelos senhores Jeremias Langa (Grupo SOICO), Elvira Matsinhe (OXFAM Moçambique) e Boaventura Mocipo (Grupo SOICO), respectivamente.

No segundo dia da conferência houve também três painéis de discussão, dois de manhã e um no período de tarde. O primeiro painel contou com a presença dos Dr. Edson Macuácuá (Presidente da Primeira Comissão da Assembleia da República), na qualidade de orador principal, e do Dr. Ercino Salema (EISA Moçambique) como moderador, debruçou-se sobre a dinâmicas do quadro legal e Constitucional da actividade extractiva

em Moçambique. O Segundo painel discutiu a questão da distribuição das receitas provenientes da indústria extractiva, com particular enfoque no gás natural liquefeito. Este painel que teve como oradores representantes do Banco de Moçambique, do Ministério da Economia e Finanças, da Confederação das Associações Económicas (CTA) e um activista social da *Lao Hamutuk*, uma organização da sociedade civil Timorense que advoga pela boa governação dos recursos minerais naquele país asiático. A sessão de tarde teve apenas um painel de debate no qual foram discutidas questões de responsabilidade social das multinacionais junto das comunidades locais e também aspectos ambientais relacionadas com a actividade extractiva.

A conferência foi um espaço de partilha de conhecimentos e experiências sobre os grandes desafios enfrentados por países de baixos rendimentos abundantes em recursos naturais com especial atenção para o caso de Moçambique. Como resultado deste espaço de debate aberto e franco sobre a indústria extractiva nacional, com especial destaque para o gás natural liquefeito, o CDD produziu ou pretende produzir o seguinte:

- Criação de um grupo de WhatsApp para a partilha e discussão de informação relevante sobre a indústria extractiva em Moçambique;
- Um artigo de análise de opções de política económica para uma boa gestão do gás natural liquefeito à luz dos principais desafios identificados e que foram discutidos na conferência;
- Um vídeo que documenta os principais momentos da conferência assim como as intervenções e entrevistas a individualidades proeminentes que estiveram presentes na conferência.

2.3. Pilar Estratégico 3

2.3.1. Plataforma MONITOR – Justiça Eleitoral, Paz e Democracia

O Projecto Plataforma MONITOR – Justiça eleitoral, Paz e Democracia é uma plataforma de monitoria eleitoral, composta por organizações da Sociedade Civil nomeadamente PNDH (Pressão Nacional para os Direitos Humanos), CESC (Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil), CEDES (Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social) e ANDA (Associação Nacional para o Desenvolvimento Anti-Sustentada) sob coordenação do CDD (Centro para Democracia e Desenvolvimento) que monitora e propõe respostas a potenciais conflitos eleitorais em 20 distritos das províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, com o financiamento da USAID através da Counterpart International. O projecto visa promover eleições gerais pacíficas, credíveis e sem violência, através de uma componente de Monitoria e Resposta à violência nas eleições.

O objectivo é observar e reportar o ciclo eleitoral e, prevenir e mitigar não só actos ilícitos eleitorais identificados, mas também actos de violência eleitoral através de iniciativas de construção da paz a nível nacional e local para garantir a credibilidade, integridade e

transparência das Eleições Gerais de 2019 em Moçambique durante todo o ciclo eleitoral. Esta iniciativa consiste em:

- (i) empregar monitores de longo prazo a nível dos 20 distritos cuja função é observar, identificar e reportar todos os actos eleitorais (lícitos e ilícitos), com particular ênfase para actos de violência eleitoral, através da plataforma ELMO;
- (ii) identificar e empregar membros dos Comités de Resposta e Reconciliação (CRR) ao nível dos distritos cuja função é dar resposta aos actos de violência reportados pelos monitores e engajar estes, os partidos políticos e os órgãos de administração eleitorais em iniciativas que concorrem para a paz eleitoral; e,
- (iii) à semelhança do CRR, vai-se criar o Comité de Resposta e Reconciliação Nacional (CRRN) que, em coordenação com o Secretariado, irá responder a todas as questões de conflitos eleitorais que pela sua natureza não podem ser resolvidos localmente, ou apoiar os CRRs a resolver casos reportados localmente nos quais não conseguem intervir por si só.

O CDD enquanto Gestor do Secretariado da Rede tem sido responsável pela coordenação das acções técnicas de todos os parceiros, pela organização das formações que decorreram em Maputo, Nampula, Quelimane e Chimoio (cobrindo todas as zonas Centro, Sul e Norte) e pela componente de comunicação da rede, contribuindo para a visibilidade das acções do projecto e estabelecimento de relações com os órgãos de comunicação social. Está programado para o dia 26 de Agosto o Evento de Lançamento do Projecto, organizado pelo CDD, que irá contar com a presença de órgãos de comunicação, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil, órgãos eleitorais, partidos políticos e académicos nacionais e internacionais. O relatório final vai apensado a este relatório como anexo i.

2.3.2. Transparência, Estabilidade e Eleições Pacíficas e Credíveis de 2019

Ainda durante o primeiro semestre de 2019 o CDD estabeleceu um acordo tripartido entre o Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável (EISA) e a Igreja Católica, através da Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) para a implementação dos programas “Transparência, Estabilidade e Eleições Pacíficas e Credíveis de 2019” MNFA, com o apoio da Embaixada da Noruega, em 08 (oito) províncias, nomeadamente Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa. O EISA, para além de gerir os fundos, presta apoio técnico; e “Transparência, Estabilidade e Eleições Pacíficas e Credíveis de 2019” TASTE, com o apoio do Departamento para Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

O programa Noruega foi desenvolvido, por um consórcio constituído por quatro parceiros que operam em províncias distintas, a saber o CDD (em oito províncias descritas acima), o CESC (Gaza), a Sociedade Aberta (Província de Maputo) e a Solidariedade Moçambique (Nampula). O programa iniciou com a formação de formadores e de 280 observadores em todos os distritos das províncias circunscritas ao CDD. A seguir ao processo de treinamento seguiu-se a fase de observação do recenseamento, que iniciou com desafios estruturais, como os ciclones Idai e Kenneth, nas províncias de Sofala e Cabo Delgado, respectivamente; o fenómeno da insurgência em Cabo Delgado; e constrangimentos de gestão por parte dos Órgãos de Gestão Eleitoral (CNE/STAE), particularmente a demora na emissão de credenciais para os observadores, sobretudo do CDD.

O programa TASTE foi implementado nas províncias de Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, sendo que Tete e Cabo Delgado estão sob gestão do CDD e Nampula e Zambézia da SoldMoz e JOINT, respectivamente. Em todas estas províncias, excepto em Cabo Delgado, está prevista o Paralel Vote Tabulation (PVT) de nível provincial, realizado pela primeira vez na história da democracia multipartidária em Moçambique. Cabo Delgado não observou o PVT tradicional, mas foi alvo de uma pesquisa sobre violência eleitoral associada às dinâmicas de exploração de recursos naturais e o fenómeno da insurgência militar. Os dois programas movimentaram pouco mais de três mil observadores até 15 de Outubro do ano corrente. O relatório final vai apensado a este relatório como anexo ii.

Ainda no âmbito do processo eleitoral, o CDD iniciou uma parceria com o Jornal Ikweli, baseado em Nampula, com o objectivo de promover o desenvolvimento político e eleitoral da Mulher através do maior acesso a informação nos Municípios da Província de Nampula, uma acção inserida no âmbito da mobilização para o maior envolvimento e participação das mulheres no processo eleitoral e político em Moçambique. Esta iniciativa compreende a instalação de vitrinas nos mercados municipais, onde são colocadas as edições do Jornal Ikweli e artigos científicos produzidos pelo CDD, reportando sobre a participação da mulher nos processos eleitorais e de governação, incluindo os desafios por elas enfrentados.

3. Desenvolvimento Institucional

O desenvolvimento institucional foi a nota dominante do CDD e foi neste âmbito que se esteve focado no desenvolvimento dos nossos sistemas internos nomeadamente de Gestão, Governação, Recursos Humanos e *Re-branding*.

3.1. Sistemas de gestão

- Implementação, aperfeiçoamento e consolidação dos instrumentos de governação interna produzidos em 2018, com particular destaque para o uso do Primavera em todas as operações financeiras da organização.
- Desenvolvimento e operacionalização do sistema centralizado de gestão de documentos e informação do CDD;
- Elaboração dos Termos de Referência para o Desenvolvimento da Política Salarial do CDD.

3.2. Governação interna

- Realização de duas sessões da Assembleia-geral, sendo a primeira para a aprovação dos relatórios narrativo; financeiro e de auditoria de 2018 e, a segunda, de natureza extraordinária, para a provação da marca institucional do CDD, resultante da aprovação pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da troca de nome: de ADS para CDD;
- Realização de reuniões semanais do colectivo de staff para balanço e planificação da semana seguinte;

- Constituição e operacionalização do comité de conselheiros, conforme os estatutos do CDD;

3.3. Gestão de Recursos Humanos

Para responder ao crescimento organizacional, o CDD conta agora com uma equipa de 11 pessoas, sendo 8 (que inclui duas estagiárias) na área programática e 4 na área de administração e finanças. Este é um crescimento assinalável, mas apenas 6 pessoas são efectivas. As restantes estão adstritas a projectos ligadas ao processo eleitoral.

3.4. Re-branding: Mudança de ADS para CDD

A designação de Associação Desenvolvimento e Sociedade (ADS) era temporária enquanto demorava, entre recusas e demoras, a atribuição do nome, desde o início, requerido: Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).

Em Junho deste ano, finalmente, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos autorizou a troca de nome de ADS para CDD. A mudança não é apenas na designação. Ela vem fazer justiça à real natureza da organização: com enfoque na juventude, entando, que agentes da mudança social e líderes de amanhã, trabalhar para o aprofundamento e desenvolvimento democrático e transformação socioeconómica de Moçambique.

Os objectivos estratégicos mantêm-se inalterados, mas a narrativa vai mudar para ser mais orientada para um debate sobre a paralisia e deterioração do desenvolvimento democrático que, por ser baseado num modelo excludente e não desenvolvimentista, permite a má governação; eleições fraudulentas; violência política; violação de direitos humanos, incluindo ataque aos defensores de direitos humanos; marginalização da juventude. Em suma um modelo que não permite geração do desenvolvimento num quadro de crescimento exponencial da população e tensões na sociedade que, nalgumas vezes, se manifestam em forma de violência. Conforme prevista no plano de actividades e orçamento, a revisão do Plano Estratégico será concluída em Novembro do ano em curso.

Aprovada pela assembleia geral extraordinária, em Junho 2019, iniciou a mudança da marca institucional. A visão, missão se mantêm, mas os objectivos e pilares estrategicos foram expandidos para captar o moto do **CDD como um catalisador da juventude e guardião da democracia e direitos humanos.**

4. Gestão Financeira

O CDD está em franco crescimento e a ganhar o seu espaço como importante actor da sociedade civil moçambicana. Neste momento, apenas o SDC é parceiro de apoio institucional. Os restantes são programáticos que terminam em finais de 2019. O desafio maior é de terminar o ano de 2019 com mais dois parceiros de apoio institucional. As negociações estão em andamento. O trabalho intenso ao longo deste ano foi no sentido de atrair parceiros de apoio institucional.

Por parte da contribuição da SDC, até finais de Dezembro de 2019, a situação financeira do CDD era conforme o relatório financeiro, em anexo iii.

Fim